

**XLII PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO REMUNERADO EM DIREITO
DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS.**

INSTRUÇÕES GERAIS

- Este CADERNO DE PROVAS possui 24 questões de múltipla escolha, sendo: 12 questões de Direito Constitucional, 08 questões de Processo Civil e 04 questões de Introdução do Estudo do e uma REDAÇÃO.
- A prova tem duração de 03h30min (três horas e trinta minutos).
- Não é permitida destacar nenhuma das folhas do CADERNO DE PROVA.
- A FOLHA DE RESPOSTA DO CANDIDATO E A FOLHA OFICIAL DE REDAÇÃO não serão substituídas por erro de preenchimento.
- Não será permitida qualquer forma de identificação do candidato NA FOLHA DE RESPOSTA E NA FOLHA OFICIAL DE REDAÇÃO.
- Não é permitida a consulta a qualquer legislação (nem mesmo à Constituição Federal), doutrina, impressos ou anotações.
- O candidato poderá retirar-se do recinto sem o CADERNO DE PROVA a partir de 1 (uma) hora de aplicação da prova.
- O candidato poderá levar CADERNO DE PROVA nos últimos 30 minutos.
- Será eliminado o candidato que descumprir qualquer regra do edital.
- A divulgação do gabarito e do resultado será por meio do site www.pge.am.gov.br

Nome: _____

CPF: _____

**PROVA OBJETIVA
DIREITO CONSTITUCIONAL**

1. A primeira Constituição brasileira que tratou especificamente da ordem econômica foi a de:
 - a) 1824
 - b) 1891
 - c) 1934
 - d) 1937
 - e) 1946

2. No Brasil, a forma de Estado, a forma de governo e o sistema de governo adotados são, respectivamente:
 - a) Presidencialismo, Democracia e Federação
 - b) Presidencialismo, Federação e República
 - c) Federação, Presidencialismo e República
 - d) Democracia, República e Presidencialismo
 - e) Federação, República e Presidencialismo

3. São direitos sociais, na forma da Constituição Federal:
 - a) a educação, o lazer e a segurança
 - b) a liberdade, a alimentação e o trabalho
 - c) a igualdade, a moradia e o transporte
 - d) a vida, a previdência social e a proteção à maternidade e à infância
 - e) a propriedade, a saúde, a assistência aos desamparados

4. Segundo a Constituição Federal, o processo legislativo não compreende a elaboração de:
 - a) emendas à Constituição e leis complementares
 - b) decretos e regulamentos
 - c) leis complementares e leis ordinárias
 - d) leis delegadas e medidas provisórias
 - e) decretos legislativos e resoluções

5. De acordo com a Constituição Federal, da decisão judicial que contrariar a súmula vinculante aplicável ao caso concreto ou que indevidamente a aplicar, caberá, diretamente ao Supremo Tribunal Federal:
 - a) recurso extraordinário
 - b) recurso ordinário
 - c) representação
 - d) reclamação
 - e) correição parcial.

6. Os tribunais somente podem declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público pelo voto:
 - a) da maioria simples de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial.
 - b) da maioria relativa de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial.

- c) da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial.
- d) de dois terços de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial.
- e) de três quintos de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial.

7. A decisão sobre a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo somente será tomada pelo Supremo Tribunal Federal se presentes na sessão pelo menos:

- a) 6 (seis) ministros
- b) 7 (sete) ministros
- c) 8 (oito) ministros
- d) 9 (nove) ministros
- e) 10 (dez) ministros

8. O veto do Presidente da República a projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional:

- a) pode ser expresso ou tácito, podendo, no primeiro caso, ser fundamentado em inconstitucionalidade ou contrariedade ao interesse público.
- b) pode ser expresso ou tácito, podendo, no primeiro caso, ser fundamentado somente em inconstitucionalidade.
- c) pode ser expresso ou tácito, podendo, no primeiro caso, ser fundamentado somente em contrariedade ao interesse público.
- d) deve ser expresso, podendo ser fundamentado em inconstitucionalidade ou contrariedade ao interesse público.
- e) deve ser expresso, somente podendo ser fundamentado em inconstitucionalidade.

9. A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, classifica-se como:

- a) analítica, dogmática e outorgada
- b) sintética, dogmática e promulgada
- c) analítica, dogmática e promulgada
- d) sintética, histórica e outorgada
- e) analítica, histórica e promulgada.

10. Compete aos Estados:

- a) explorar diretamente os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, admitida a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
- b) explorar diretamente, ou mediante concessão ou permissão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
- c) explorar, mediante concessão ou permissão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, admitida a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
- d) explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, admitida a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

e) explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

11. Podem propor ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal:

- a) o Presidente da República e o Defensor Público-Geral da União
- b) a Mesa da Câmara dos Deputados e o Procurador-Geral da República
- c) a Mesa do Senado Federal e o Advogado-Geral da União
- d) a Mesa do Congresso Nacional e o Procurador-Geral da República
- e) o Presidente da República e a Mesa do Congresso Nacional

12. São considerados fundamentos da República Federativa do Brasil, consoante expressa previsão na Constituição Federal:

- a) a dignidade da pessoa humana e o pluralismo político.
- b) o valor social do trabalho e o desenvolvimento nacional.
- c) a soberania e a independência nacional.
- d) cidadania e a prevalência dos direitos humanos.
- e) o valor social da livre iniciativa e a integração econômica.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

13. Jandira ajuizou ação declaratória contra o Estado do Amazonas, perante juízo absolutamente incompetente em razão da matéria. O magistrado, ao examinar a petição inicial, reconheceu de ofício a incompetência absoluta e, sem oportunizar manifestação das partes, extinguiu o processo sem resolução do mérito. Inconformada, a autora sustenta a nulidade da decisão.

À luz das normas fundamentais do CPC/2015, dos pressupostos processuais e da disciplina da jurisdição, assinale a alternativa correta:

- a) A decisão é válida, pois a incompetência absoluta constitui pressuposto processual de validade, podendo ser reconhecida de ofício a qualquer tempo, sendo dispensável a oitiva prévia das partes;
- b) A decisão é nula, pois, ainda que se trate de matéria cognoscível de ofício, o juiz deve oportunizar às partes manifestação prévia, em respeito ao contraditório substancial e à vedação de decisão-surpresa;
- c) A decisão é nula apenas se houver demonstração de prejuízo concreto, pois vigora no processo civil o princípio “pas de nullité sans grief” (não há nulidade sem prejuízo), independentemente de violação ao contraditório;
- d) A decisão é correta, pois a primazia do julgamento de mérito autoriza o magistrado a extinguir o processo imediatamente quando ausente pressuposto processual de validade;
- e) A decisão é incorreta, pois a incompetência absoluta não pode ser reconhecida de ofício, dependendo de provocação da parte interessada;

14. Durante a vigência do Código de Processo Civil de 1973, o Estado do Amazonas, representado pela Procuradoria Geral do Estado (PGE/AM), foi citado para apresentar contestação, sendo aplicável, à época, o prazo em quádruplo para a Fazenda Pública.

No curso da fluência desse prazo, entrou em vigor o Código de Processo Civil de 2015, que passou a prever prazo em dobro para a Fazenda Pública contestar. Considerando que as normas processuais têm aplicação imediata aos processos em andamento, é correto afirmar que o prazo para apresentação da contestação pelo Estado do Amazonas será contado em:

- a) dobro, pois a norma processual nova aplica-se imediatamente aos atos ainda não consumados;
- b) dobro, pois a norma processual nova retroage para alcançar todos os atos processuais já iniciados;
- c) quádruplo, pois o prazo já iniciado constitui ato processual perfeito, não sendo atingido pela lei nova;
- d) quádruplo, pois a norma processual nova somente se aplica a processos ajuizados após sua vigência;
- e) quádruplo, pois a aplicação da lei nova depende de manifestação expressa do juízo;

15. Servidor estadual ajuíza **Ação 1** contra o Estado do Amazonas pleiteando diferenças remuneratórias com base em ilegalidade administrativa. Antes do julgamento, propõe **Ação 2**, contra o mesmo réu, postulando as **mesmas parcelas**, com idêntica narrativa fática, alterando apenas o fundamento jurídico (enriquecimento sem causa).

À luz do CPC/2015, analise:

- I. Pela teoria abstrata, o direito de ação independe da existência do direito material alegado;
- II. A alteração apenas do fundamento jurídico, mantidos partes, fatos e pedido, não afasta, por si só, a identidade de ações;
- III. A ausência de interesse processual ou legitimidade conduz à improcedência do pedido;

Está correto apenas o que se afirma em:

- a) I.
- b) II.
- c) I e II.
- d) II e III.
- e) I, II e III.

16. No que se refere ao conceito de ação e aos seus elementos identificadores no processo civil brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) A ação é o próprio direito material violado, razão pela qual sua existência depende da comprovação prévia do direito alegado;
- b) Os elementos identificadores da ação são partes, causa de pedir e possibilidade jurídica do pedido;
- c) Pela “teoria da asserção”, as condições relacionadas à legitimidade e ao interesse processual são verificadas a partir das alegações constantes da petição inicial, sem que o juiz, nessa etapa, se aprofunde no mérito.
- d) A causa de pedir limita-se exclusivamente aos fundamentos jurídicos invocados na petição inicial, permitido ao Juízo que modifique a qualificação jurídica realizada pelo autor para aplicar a lei correta ao fato narrado;

e) O pedido não integra os elementos da ação, pois constitui mera consequência lógica da causa de pedir.

17. Iracema ajuizou ação de cobrança contra Rudá. No contrato, as partes haviam eleito de comum acordo, por cláusula expressa, o foro da Comarca de Parintins/AM. Apesar disso, Iracema propôs a demanda perante juízo da Comarca de Manaus/AM. Rudá foi regularmente citado e apresentou contestação sem alegar incompetência, pelo que o processo seguiu seu curso normal.

À luz do CPC/2015, assinale a alternativa correta:

- a) O juiz deve reconhecer de ofício a incompetência e remeter os autos ao foro eleito, por se tratar de competência absoluta em razão do lugar;
- b) A incompetência relativa pode ser alegada a qualquer tempo e grau de jurisdição, razão pela qual Rudá poderá suscitá-la posteriormente, por petição simples ou recurso;
- c) A incompetência relativa deve ser arguida por meio de exceção autônoma, no prazo de 05 (cinco), suspendendo-se o processo até seu o julgamento;
- d) A competência relativa se prorroga caso o réu não alegue a incompetência em preliminar de contestação, de forma que o juízo, anteriormente incompetente, passa a ser competente para o julgamento da causa;
- e) A cláusula de eleição de foro é nula de pleno direito, motivo pelo qual sempre prevalecerá o domicílio do réu;

18. Raoni, com 17 anos de idade, ajuizou, sozinho, na Vara da Fazenda Pública, ação de indenização por danos morais e estéticos em face do Estado do Amazonas, em razão de suposto erro médico, assinando a petição inicial sem a participação de seus pais ou responsável legal. O juízo, ao analisar a petição inicial, verificou que Raoni é relativamente incapaz.

À luz do CPC/2015, assinale a alternativa correta:

- a) A ação deve ser imediatamente extinta, sem resolução do mérito, por ausência de capacidade processual da parte autora, uma vez que o direito de ação somente pode ser exercido após completar 18 anos de idade;
- b) O juiz deve nomear um curador especial enquanto durar a incapacidade;
- c) O vício é sanável, devendo o juiz conceder prazo razoável para que o autor seja devidamente assistido por seu representante legal.
- d) A incapacidade processual implica ausência de legitimidade ativa, o que conduz à necessária improcedência dos pedidos e condenação em honorários de sucumbência;
- e) A incapacidade do autor é irrelevante, pois basta a capacidade postulatória de advogado inscrito na OAB para o regular prosseguimento do feito;

19. Acerca do princípio da boa-fé objetiva no processo civil e dos deveres das partes previstos no CPC/2015, assinale a alternativa correta:

- a) A boa-fé objetiva é exigível apenas do autor, pois é quem provoca a jurisdição;
- b) O CPC impõe às partes o dever de manter atualizados seus dados cadastrais perante os órgãos do Poder Judiciário, para fins de recebimento de comunicações processuais;

- c) A violação da boa-fé objetiva só gera consequências se houver prova de dolo específico e confissão da parte.
- d) O dever de cooperação no CPC autoriza a parte a deixar de cumprir determinação judicial quando discordar do fundamento, sem necessidade de impugnação.
- e) O princípio da boa-fé, no CPC, é mera diretriz ética sem previsão normativa expressa.

20. No curso de ação de obrigação de fazer movida em face do Estado do Amazonas, o réu, após a concessão de tutela provisória determinando a apresentação de documentos administrativos sob sua guarda, deixa deliberadamente de cumprir a ordem judicial, sem apresentar justificativa plausível, e, simultaneamente, opõe incidente manifestamente infundado com o único propósito de protelar o andamento do feito.

À luz do CPC/2015, é correto afirmar que:

- a) A conduta descrita caracteriza apenas litigância de má-fé, sujeitando o responsável exclusivamente à multa de até 10% sobre o valor da causa, revertida à parte contrária;
- b) A resistência injustificada ao cumprimento de ordem judicial configura ato atentatório à dignidade da justiça, passível de multa de até 20% do valor da causa, revertida ao Estado, podendo cumular-se com sanções por litigância de má-fé;
- c) O ato atentatório à dignidade da justiça e a litigância de má-fé são institutos equivalentes, sendo vedada a aplicação simultânea de penalidades;
- d) A oposição de incidente infundado somente pode ser reconhecida como litigância de má-fé se houver prova de dolo específico, não sendo suficiente a constatação objetiva da conduta processual;
- e) Em se tratando de processo contra a Fazenda Pública, é vedada a aplicação de multa por ato atentatório à dignidade da justiça, em razão do princípio da supremacia do interesse público;

INTRODUÇÃO AO ESTUDOS DO DIREITO

21. À luz da doutrina acerca das fontes do direito, assinale a opção correta.

- a) As fontes materiais correspondem aos meios de expressão do Direito, como a lei e o costume, que introduzem normas no ordenamento jurídico.
- b) A lei é considerada fonte formal primária, enquanto a doutrina e a jurisprudência são tradicionalmente classificadas como fontes secundárias ou mediatas.
- c) As fontes formais são as instituições ou órgãos dotados de poder para editar normas jurídicas, como o Congresso Nacional.
- d) A analogia e os princípios gerais de direito são fontes formais primárias.
- e) No sistema da *civil law*, a jurisprudência prevalece sobre a lei como principal fonte do Direito.

22. À luz da doutrina acerca da relação jurídica, assinale a opção correta.

- a) A relação jurídica é toda relação social existente na sociedade, independentemente de reconhecimento pelo ordenamento jurídico.
- b) O objeto da relação jurídica pode ser o próprio ser humano, considerado como coisa submetida ao poder do sujeito ativo.
- c) Somente pessoas naturais podem figurar como sujeitos de uma relação jurídica, sendo as pessoas jurídicas meros objetos de direito.
- d) A relação jurídica somente pode surgir de manifestação expressa de vontade das partes, não se admitindo que a lei institua relações jurídicas independentemente da vontade dos envolvidos.
- e) A relação jurídica caracteriza-se como vínculo entre sujeitos, no qual a ordem jurídica atribui poder a um e impõe dever correspondente a outro.

23. À luz da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), no que se refere à vigência e aplicação da lei, assinale a opção correta.

- a) A revogação de uma lei deve ser expressa.
- b) A lei nova revoga automaticamente toda a legislação anterior que trate da mesma matéria, ainda que com ela seja compatível.
- c) A lei terá vigor até que outra a modifique ou a revogue, não se restaurando a lei revogada por ter a lei revogadora perdido a vigência, salvo disposição expressa em contrário.
- d) A lei posterior revoga a anterior ainda que apenas estabeleça disposições gerais sobre matéria já disciplinada de forma especial.
- e) A lei passa a vigorar imediatamente após sua publicação, independentemente de período de *vacatio legis*.

24. No que se refere à interpretação da norma jurídica, assinale a opção correta.

- a) A interpretação autêntica é aquela realizada pelos tribunais no momento da aplicação da norma ao caso concreto.
- b) A interpretação sistemática consiste na análise isolada do dispositivo legal, priorizando sua coerência interna, ainda que em descon sideração às demais normas do ordenamento.
- c) A interpretação teleológica busca identificar a finalidade da norma, considerando seu objetivo no sistema jurídico.
- d) A interpretação restritiva ocorre quando o intérprete amplia o alcance da norma além do que seu texto expressamente dispõe.
- e) A interpretação declarativa é aquela que modifica o conteúdo da norma para adaptá-la às transformações sociais supervenientes.

PROVA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **DESAFIOS PARA A REGULAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL**. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista.

TEXTO 1

A discussão da regulamentação da inteligência artificial (IA) no país avança lentamente. Em março, países da União Europeia, bloco formado por 27 Estados, aprovaram a primeira lei global com regras amplas para uso e desenvolvimento da tecnologia. No Brasil, apesar das boas intenções em legislar, não há consenso sobre o tema, que ainda é uma folha em branco.

Se por um lado, os benefícios do avanço da tecnologia se fazem cada vez mais presentes no dia a dia, é preocupante o mau uso da ferramenta para fins criminosos. Para especialistas e congressistas ouvidos pelo Correio, a aprovação de normas gerais, além de prever o uso seguro da IA, deve se atentar aos direitos fundamentais, a não discriminação e a não reprodução de injustiças sociais, ao uso seguro atrelado aos desenvolvimentos científico e tecnológico e aos impactos da automação no mundo trabalhista.

FONTE: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/>

TEXTO 2

Os desafios impostos pelas novas tecnologias precisam ser enfrentados com rapidez, apontou o secretário-executivo do MF, ao lembrar, entre outros fatores, do crescente interesse que grandes *players* globais têm manifestado no sentido de instalar datacenters no Brasil. “Entendo a preocupação com o consumo de água, de energia elétrica. Mas se nada for feito, teremos a mesma lógica de sempre, como tivemos com o café, a madeira. Vamos ver essa riqueza sair do Brasil sem adensar as nossas cadeias produtivas, sem deixar ganhos para o país”, afirmou. Diante disso, o governo tem trabalhado intensamente em novas políticas para os datacenters, criando uma estratégia que gere benefícios para o Brasil, mirando em colocar o país como exportador de serviços digitais e estimulando a inovação e a pesquisa.

Durigan reforçou a importância de haver celeridade e equilíbrio no enfrentamento da regulação da IA ao citar as “externalidades negativas” que essa nova tecnologia já impôs. Citou como exemplos a necessidade de proteção de crianças e adolescentes aos impactos da Inteligência Artificial generativa, assim como os choques sobre o mercado de trabalho. Conforme alertou Durigan, esses são riscos existentes e inevitáveis, que precisam ser debatidos diante da adoção cada vez mais massiva da IA. Citou, ainda, a necessidade de haver aperfeiçoamentos do regramento concorrencial brasileiro, assimilando os desafios e especificidades do âmbito digital atual e considerando também inovações futuras.

FONTE: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2025/junho/regulacao-equilibrada-da-inteligencia-artificial-ajudara-a-fortalecer-o-novo-ciclo-de-desenvolvimento-do-pais>

RASCUNHO PARA REDAÇÃO

